

## Sexualidade e Gênero: possibilidades para pensar a prática de professores homens na educação infantil

*Sexualidad y Género: posibilidades para pensar la práctica de los profesores varones en la educación infantil*

*Sexuality and Gender: possibilities to think about the practice of men teachers in early childhood education*

**Renan Mota Silva**

**Tatiane da Rosa Vasconcelos**

**Anderson Silva Pinheiro**

**Resumo:** Este artigo discute as questões de gênero, sexualidade, educação infantil e a atuação do professor homem inserido nesse contexto. O objetivo é refletir sobre os desafios que se apresentam para a prática de professores homens na educação infantil, a fim da necessidade de abrir espaço para novas construções teóricas que resgatem o caráter plural e polissêmico sobre o tema. A metodologia utilizada neste artigo consiste em uma abordagem qualitativa, diante do preconceito que esses profissionais enfrentam, a partir da articulação de estudos que atravessam as temáticas das masculinidades e dispositivos de gênero. Desse modo, desenvolver o debate em torno da construção histórica e social da prática pedagógica que envolve o gênero masculino permite dar visibilidade a estes sujeitos. Conclui-se que, para compreender as possibilidades em relação ao papel do professor homem na educação infantil, é necessário também articular novas construções teóricas e estratégias de capacitação/formação docente.

**Palavras Chave:** Educação infantil. Gênero. Homem. Professor. Sexualidade.

**Resumen:** Este artículo trata sobre el género, la sexualidad, la educación infantil y las acciones de el profesor man se insertó en este contexto. El objetivo es reflexionar sobre los desafíos que tenemos por delante para la práctica de los maestros varones en la educación de los niños con el fin de dejar espacio para nuevas construcciones teóricas que redimen la naturaleza plural y polimática del tema. La metodología utilizada en este artículo consiste en un abordaje cualitativo del prejuicio que estos profesionales enfrentan, a partir de la articulación de estudios que cruzan las temáticas de masculinidades y dispositivos de género. De esta manera desarrollo del debate sobre la construcción histórica y social de la práctica pedagógica que implique el sexo masculino permite que estos temas sean visibles. De ello se deduce que para entender también son necesarias las posibilidades relativas al papel del profesor masculino en la educación infantil articular nuevas construcciones teóricas y estrategias para la formación/formación docente.

**Palabras Claves:** Educación Infantil. Género. Hombre. Profesor. Sexualidad.

**Abstract:** This article discusses gender, sexuality, early childhood education and the performance of the male teacher inserted in this context. The objective is to reflect on the challenges that arise for the practice of male teachers in early childhood education, in order to make room for new theoretical constructions that rescue the plural and polysemic about the theme. The methodology used in this article consists of a qualitative approach to the prejudice that these professionals face, based on the articulation of studies that cross the themes of masculinities and gender devices. Thus, developing the debate around the historical and social construction of the pedagogical practice that involves the male gender, allows of giving visibility to these subjects. It is concluded that to understand these possibilities in relation to the role of the male teacher in early childhood education, it is also necessary to articulate new theoretical constructions and strategies for teacher training.

**Key-words:** Early childhood education. Gender. Man. Teacher. Sexuality.

**Renan Mota Silva** – Doutorando em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia - Universidade Federal do Pará (IFCH/PPGP/UFGPA). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEA/UFRURARJ). Pós-graduação Lato-sensu em Educação Quilombola, Educação a Distância e Docência do Ensino Superior e Psicopedagogia Institucional, Clínica e Educação Infantil pela Faculdade Venda Norte do Imigrante/ES. Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá. <https://orcid.org/0000-0002-5855-5418>. E-mail: [renanmota16@hotmail.com](mailto:renanmota16@hotmail.com)

**Tatiane da Rosa Vasconcelos** – Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia - Universidade Federal do Pará (IFCH/PPGP/UFGPA). Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Saúde Mental Coletiva pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Graduada em Psicologia pela Universidade Franciscana (UFN). <https://orcid.org/0000-0003-1360-3057>. E-mail: [tatiane.psi@hotmail.com](mailto:tatiane.psi@hotmail.com)

**Anderson Silva Pinheiro** – Possui especialização em Gestão no Contexto Educacional com Ênfase na Administração, Supervisão e Orientação, pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia - Fibrá (2012) e especialização em Educação Especial com Ênfase na Inclusão, pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia - Fibrá (2014). É graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia, pela Universidade Estadual do Pará - UEPA (2010). <https://orcid.org/0000-0003-2281-7831>. E-mail: [andersonjavap@hotmail.com](mailto:andersonjavap@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

A sexualidade, com suas transformações sócio-históricas e culturais, bem como a sua expressiva multiplicidade, aparece na contemporaneidade como uma questão fundamental no contexto educacional, afinal, as conexões entre sexualidade e educação são complexas, delicadas e exigem reflexões dos aspectos intra, inter e extrasubjetivos diante da temática.

Se de um lado a questão da sexualidade está presente de modo universal na vida humana, atravessando os aspectos psíquicos e singulares de cada indivíduo, do outro, conceituá-la está longe de ser algo simples. Segundo Bearzoti (1994), existe um esforço para manter a sexualidade um tabu, alvo de repressões, distorções e reducionismos aos aspectos genitais e reprodutivos; ainda, o autor aponta que o conceito de sexualidade varia de acordo com aspectos psicológicos e antropológicos, influenciado pelo ponto de vista de quem a conceitua.

Ao encontro disso, Moizés e Bueno (2009) salientam que, por ter sido velada, é comum a efervescência de concepções que relacionam a sexualidade a algo sujo, pecaminoso e proibido, como algo obsceno em si. Essa afirmativa é justificada por Foucault (1999) a partir da herança histórica, na qual a sexualidade pertenceu ao domínio da ordem religiosa e moral, influenciando nos mecanismos de controle, institucionalização e discursos. Tal reflexo histórico dificulta os processos de orientação, promoção da saúde sexual e a educação sexual propriamente dita (MOIZÉS e BUENO, 2009). Ainda, soma-se a questão de gênero, elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos (SCOTT, 2017).

Destaca-se que a orientação sexual ou orientação de gênero também está presente no debate em torno da sexualidade e de gênero. Esta é considerada a percepção que a pessoa possui de si, como ela se vê e deseja ser reconhecida. A orientação sexual é imprescindível no contexto escolar e faz-se presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), 1ª a 4ª Séries do Ministério da Educação (MEC). Abordá-la é problematizar, refletir e ampliar o leque de conhecimentos e possibilidades dos alunos.

Gênero e sexualidade são trabalhados dentro do limite pedagógico, de modo não diretivo e não invasivo, sendo uma das missões da escola a discussão de tabus, crenças e preconceitos existentes na sociedade, conforme é explanado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997):

O compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política. Nessa perspectiva é que foram incorporadas como Temas Transversais as questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde, da Orientação Sexual e do Trabalho e Consumo. (BRASIL, 1997, p. 15)

No entanto, Sousa e Guedes (2016) destacam que o professor da educação é estigmatizado como abusador e homossexual, e, se tratando especificamente das temáticas de gênero e sexualidade no contexto educacional, a presente pesquisa tem por intuito responder a seguinte questão: Como os desafios e as temáticas sobre sexualidade e gênero se apresentam na prática de professores homens na educação infantil no contexto brasileiro? É diante dessa complexa questão que a pesquisa direciona o olhar para o professor homem, tendo em vista a construção de estratégias de

enfrentamento nos processos formativos e a desconstrução dos preconceitos ao fazer pedagogia enquanto homem.

Assim, o presente artigo tem por objetivo refletir sobre os desafios que se apresentam para a prática de professores homens na educação infantil, a fim da necessidade de abrir espaço para novas construções teóricas que resgatem o caráter plural e polissêmico e de leituras sobre sexualidade e gênero.

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa que, segundo Minayo (1994, p. 53), é “o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço”, visto que é ali que se encontram “as manifestações intersubjetivas e interações”, tecnicamente por meio da análise de conteúdo. A autora destaca que “cada vez que o cientista social retorna às fontes vivas de seu saber, àquilo que nele opera como meio de compreender as formações culturais mais afastadas de si, faz filosofia espontaneamente”. Ainda segundo ela, a abordagem qualitativa não contempla procedimentos padronizados de análise e observação de uma realidade, mas se aprofunda nos fatores intersubjetivos dos significados, simbólicos e das interações humanas. A pesquisa qualitativa, a priori, é indutiva e exploratória, amplamente ancorada na investigação de aspectos como valores, cultura, crenças e inter-relações, ou seja:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não pode ser reduzido à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994, p. 21-22)

A mesma autora menciona que a investigação qualitativa advém de uma concepção que pode ser interpretativa ou analítica de uma certa realidade, abrangendo os valores, crenças, culturas, coordenadas históricas e aspectos éticos presentes nas interações (MINAYO, 1994). Ao encontro disso, Martínez (2012) aponta que a perspectiva qualitativa objetiva a compreensão de situações em determinados contextos sociais e enfatiza a qualidade dos fenômenos estudados, que não podem ser reduzidos em termos de frequência, volume ou quantidade – como é realizado no viés quantitativo. Isto é, o método qualitativo permite uma análise sofisticada das construções sociais e de seus respectivos impactos.

Para tanto, na premissa do embasamento de entendimento dos estudos de Silva e Menezes (2007, p. 9), “a metodologia tem como função mostrar a você como andar no caminho das pedras da pesquisa, ajudá-lo a refletir e instigar um novo olhar sobre o mundo: um olhar curioso, indagador e criativo”. Dessa forma, entende-se que o processo metodológico é um eixo essencial para o processo de investigação, que também visa constatar as complexidades dos dados microsociais, ao desvelar universos dinâmicos que dizem respeito ao modo de funcionamento da realidade, de forma a converter elementos aparentemente insignificantes em indicadores empíricos da realidade (ABRAMO, 1979).

Por conseguinte, pode-se considerar que a metodologia qualitativa abarca uma investigação que imprime ao investigador a viabilidade de interpretação, compreensão e entendimento da questão de pesquisa como fenômeno social e cultural. Nessa abordagem, o que se almeja, “além de conhecer as opiniões das pessoas sobre determinado tema, é entender as motivações, os significados e os valores que sustentam as opiniões e as visões de mundo. Em outras palavras é dar voz ao outro e compreender de que perspectiva ele fala” (FRASER e GODIN, 2004, p. 146).

Sobretudo, a intenção que guiou o estudo foi para responder o objetivo na inicial do texto: “Como os desafios e as temáticas sobre sexualidade e gênero se apresentam na prática de professores homens na educação infantil no contexto brasileiro?”, a fim de verificar na literatura científica a questão do preconceito na *práxis* do professor homem na educação infantil. Parte-se do recorte de gênero, com ênfase nas vivências masculinas e nas interferências do padrão de masculinidade heteronormativo, que atua como um dispositivo de silenciamento e domesticação de corpos masculinos, sejam aqueles que performam ou aqueles que estão para além dos moldes hegemônicos.

Esta pesquisa justifica-se em virtude da necessidade de ampliar a discussão para as especificidades e problemáticas da orientação sexual na educação infantil em seus anos iniciais, uma vez que, mesmo prevista pelo Ministério da Educação (1997), é uma temática permeada por tabus das mais diversas naturezas, principalmente ao se inserir na *práxis* profissional do docente homem, que, em si, é estigmatizado no contexto educacional infantil.

## 1. Concepções sobre Sexualidade e Gênero

Considerada um tabu, a sexualidade se faz presente desde o início da vida humana, é universal e não se limita ao comportamento sexual. De acordo com Ribeiro (2005), a sexualidade é ampla, ligada ao desejo, ao impulso sexual e a elaboração mental para a realização do desejo, atravessada pelas questões morais, familiares, culturais, religiosas, de sublimação e repressão. A sexualidade não pode ser considerada um sinônimo de coito, limitada ao ato sexual e a genitalidade; segundo Egypto (1981), ela é parte integral da personalidade, do modo de ser de cada um, é a energia que motiva a intimidade, afetividade e se expressa de diversas formas, influenciando sentimentos, pensamentos, ações e interações.

Em sua conceituação, Bearzoti (1994) compreende a sexualidade a partir de variações qualitativas e quantitativas voltadas para o prazer, este, vinculado às relações sociais, à afetividade e também ao erotismo. Nesse viés, Laplanche e Pontalis (2001) também a abordam a partir de sua amplitude; para os autores, a sexualidade é “uma série de excitações e atividades que proporcionam um prazer irreduzível à satisfação de uma necessidade fisiológica fundamental e que se encontram a título de componentes na chamada forma normal do amor sexual” (p.476).

Corroborando com isso, Foucault (1999) aponta que a sexualidade é um dispositivo histórico, constituído a partir da correlação entre a cultura, os campos do conhecimento, a normatividade vigente e as expressões da subjetividade. A partir da premissa foucaultiana, é possível adquirir um olhar crítico e reflexivo para os aspectos de dominação dos corpos e das relações de poder advindos de tal correlação, resultando no *modus operandi* da sexualidade em nossos tempos. Para tanto, é preciso estar consciente de que, nas relações de poder, a sexualidade é um fator de fácil manipulação, ponto de apoio de articulação para a manutenção e criação de dominações.

A sexualidade, no sistema capitalista e neoliberal, se insere na lógica da produção de massa. Sendo um fator de prazer, ou, pelo menos, de promessa dele, a sexualidade é absorvida pelo sistema capitalista, que a reduz e a incentiva pela forma do erotismo, do reducionismo genital e, desse modo, proporciona a comercialização de produtos, sendo um dos mais procurados a pornografia (GIDDENS, 1993).

Assim como a sexualidade é de difícil conceituação, na mesma situação encontra-se o gênero<sup>1</sup>. É possível abordar o gênero a partir de duas principais perspectivas, a primeira se refere à designação de indivíduos de sexos diferentes; já a segunda, herança da literatura feminista, tornou possível falar de gênero a partir da noção de cultura, advinda de uma ótica interseccional que se distancia do plano biológico e se situa no campo relacional.

De acordo com Scott (1995), o termo gênero, portanto, rejeita a conotação biológica presente na primeira conceituação e passa a ter a sua vinculação às identidades subjetivas. Nos estudos recentes de Silva et al (2020, p. 156-157), tem-se a seguinte elucidação:

Numa classificação designada restritamente ao estudo da gramática até a década de 1970, o termo “gênero” apresenta-se como derivação da palavra latina *genus*, traduzida para o português como: “raça”, “tipo”, “variedade”. Posteriormente, assimilou-se o termo a uma aproximação mais contemporânea, quando o psicólogo John Willian Money em uma de suas obras atribui ao gênero as características culturais relativas ao sexo, identificação muito próximas ao uso que fazemos hoje. (SILVA et al, 2020, p. 156-157)

A partir do rompimento com a delimitação binária e fisiológica, o gênero passou a abarcar a experiência de pessoas que não se instauram na lógica heteronormativa, ou seja, não binários, *queer*, travestis e transexuais (GOMES et al, 2018). Na relação entre sexualidade e gênero, é comum que as hierarquias e normatividades sejam articuladas a partir das temáticas como desejo e sexo, afinal, são instâncias humanas interrelacionadas, de mútua influência e alinhadas em suas expressividades. É visível que o gênero, semelhantemente à sexualidade, é influenciado pelos aspectos normativos e morais, conforme apontam Silva et al (2020):

A diferenciação de gênero vai muito além e requer discussões acerca do assunto, isso porque as desigualdades e preconceitos estão enraizados na sociedade, e como salientado são produzidos pelas relações de poder e nas relações de poder. Como coluna dorsal para o tema tratado, a questão gênero é o enfoque principal onde o sexo masculino por um processo de estigmatização da cultura brasileira sofre impasses de aceitação na profissão de pedagogo atuando em escolas que hoje são cristalizadas pela presença de mulheres. (SILVA et al, 2020, p. 157)

Assim, a categoria gênero, para Colling (2018), abriu espaço para reflexões sobre as masculinidades e suas articulações na contemporaneidade, a consideração do gênero permite um olhar amplo para as expressões socialmente circunscritas da sexualidade, e conseqüentemente os modos de ser possíveis. Por fim, de modo sintético e, ao mesmo tempo, abrangente, Melo e Sobreira (2018) evidenciam o aspecto primordial da definição de gênero:

Entende-se por gênero os traços de masculinidade e de feminilidade encontrados em uma pessoa, os gostos, a forma de falar e de se vestir, esses traços

<sup>1</sup> A temática gênero é discutida nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), especificamente no volume 8 (Apresentação aos Temas Transversais e Ética). Porém, é no volume 10 (Pluralidade Cultural e Orientação Sexual) que há uma definição do conceito de gênero e dos propósitos de trazê-lo à educação. As definições foram elaboradas em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE). Assim, entende-se que foram abrangentemente discutidas pela sociedade.

socialmente definidos tem influência direta na questão do gênero. Em outras palavras, quando reagimos a alguém como masculino ou feminino, não precisamos necessariamente ver se ele/ela tem pênis, vagina ou seios, é a forma de se comportar socialmente que nos dá essa percepção, assim o gênero é um fato visível a maior parte do tempo, o sexo não. (MELO e SOBREIRA, 2018, p. 382-383)

Desse modo, a pergunta pela sexualidade e gênero na contemporaneidade precisa ser feita à medida que se vale das premissas anteriormente mencionadas, ou seja, abordar esses temas pelo viés analítico e crítico permite a compreensão de sua expressividade vigente e, conseqüentemente, a estrutura moral reguladora. Sexualidade e gênero são concepções que foram construídas ao longo da existência, a partir das singularidades e dos contextos sócio-históricos e culturais, os estudos são realizados por diversas áreas do conhecimento, tais como a sociologia, filosofia, antropologia, história, pedagogia, entre outras. Percebe-se que cada sociedade estabelece as regras e parâmetros para os comportamentos sexuais, de ordem normativa.

## 2. Sexualidade e Gênero na Educação Infantil Brasileira

A partir das noções previamente expostas sobre sexualidade e gênero, é perceptível que as temáticas não se limitam aos aspectos da vida privada e que se encontram presentes na cultura, na linguagem, nos conteúdos midiáticos e que também influenciam e são influenciadas. Do mesmo modo, sexualidade e gênero estão presentes no contexto escolar, tanto na expressividade e dinâmica da comunidade escolar como também nos componentes curriculares nacionais.

A orientação sexual não possui intuito de normatizar corpos e expressões da sexualidade e de gênero, tampouco influenciar a partir da moral sexual vigente. No contexto escolar, o objetivo da orientação sexual é abordar o gênero e a sexualidade pedagogicamente, incentivando a reflexão, a problematização e os questionamentos dos discentes, a partir de um processo formal de planejamento, sistematização e intervenção ética por parte dos profissionais (BRASIL, 1997).

Sendo um tema transversal previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ministério da Educação (1997) para alunos de primeira à quarta série, a abordagem escolar da sexualidade e do gênero está em consonância com a construção coletiva da cidadania, da liberdade e autonomia. Visto que a manifestação da sexualidade e do gênero está presente desde os primeiros anos de vida e é plural, diversa e precisa ser respeitada a partir de suas singularidades.

Conforme Altmann (2001), o PCN prevê que a temática seja abordada a partir de duas principais formas: a primeira inserida na programação curricular, pela via transversal do currículo; já a segunda forma se faz presente a partir da quinta série, que vai além da transversalidade e se intensifica. Ainda conforme a autora, o PCN prevê a abordagem prioritária em três eixos, sendo: “Corpo: matriz da sexualidade”, “Relações de gênero” e “Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis/AIDS”. No entanto, por mais que presentes no PCN, foram retiradas do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o que demonstra um ataque à legitimidade e relevância do tema; no entanto, como fazem parte das demandas estudantis, os professores ainda podem abordá-las (SOARES; MONTEIRO, 2019).

Desse modo, discutir tabus, preconceitos, estereótipos e violências advindas da sociedade, das famílias e instituições faz parte do processo e auxilia o aluno tanto a conhecer as teorias quanto a ter consciência dos impactos negativos de tais fenômenos na constituição biopsicossó-

cial dos indivíduos para então desenvolver atitudes coerentes com a formação cidadã necessária (BRASIL, 1997).

### 3. O Professor Homem na Educação Infantil

A formação dos professores, conforme Martines e Rossarolla (2018), é perpassada pela relativização dos conceitos de sexo, sexualidade e gênero e pelos múltiplos significados e manifestações advindos dos discursos e expressões nas instituições familiares, espaços sociais e veículos midiáticos. Tais fontes fazem parte da formação sexual das crianças, o que reforça o lugar da escola em articular as construções teóricas às realidades que se apresentam.

De acordo com Foucault (1999), a função do dispositivo da sexualidade é “penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (p. 101). A escola, voltada para a (co)construção do conhecimento, para a reflexão crítica da realidade, tem a sua missão e função social veiculada à sexualidade e ao gênero e permite uma abertura para que as crianças possam esclarecer dúvidas, aprender sobre a diversidade e preconceito, formular questões e aliviar suas ansiedades. Além disso, podem ter consciência das ações de prevenção de gravidez, infecções sexualmente transmissíveis (IST's), sobre as orientações sexuais e de gênero, bem como possibilidade de integração de suas experiências com os conteúdos, a partir da consideração dos próprios aspectos identitários (BRASIL, 1997).

A problemática se insere na verificação dos desafios e possibilidades, das barreiras e dificuldades do manejo do assunto, desde os seus aspectos teóricos até o manejo *in loco* realizado por professores da educação infantil em seus anos iniciais, a considerar o que as pesquisas vêm discutindo na contemporaneidade. Nesse viés, Garbarino (2021, p.3) aponta como constituintes do paradigma vigente os “aspectos sócio-históricos do sexismo, preconceitos, estereótipos, a vulgarização da sexualidade humana na mídia e a ausência ou distorções de explicações sobre as diferenças sexuais, os papéis de gênero e a reprodução humana”.

Os professores, conforme apontam Gonçalves et al (2013), independente da área de formação, precisam contribuir para que os preconceitos e tabus sejam enfrentados de modo coletivo, para que sejam excluídos ou, no mínimo, reduzidos, visando uma formação em prol do respeito à diversidade, ao gênero e à sexualidade como um todo. Alvarez e Pinto (2012) apontam que o professor precisa ir além do domínio dos conhecimentos teóricos sobre a sexualidade, é necessário que este seja versátil, dinâmico, que invista na sensibilidade e na boa relação com os alunos.

De acordo com Junqueira (2013), a ausência de discussões, reflexões e análises críticas sobre a diversidade sexual é um dos fatores que promovem o silenciamento, a manutenção das violências e a invisibilidade das pessoas que assumem padrões não heteronormativos, nesse viés, o professor é responsável, assim como a família e a sociedade civil, por abrir o espaço de fala para a temática, para acolher os modos de ser dos discentes e fomentar o diálogo.

A partir disso, o PCN aponta que os professores necessitam, *a priori*, reconhecer como legítimas as expressões sexuais dos discentes em todas as etapas do desenvolvimento humano, assim como proporcionarem a abertura para a curiosidade e dúvidas que possam surgir e esclarecê-las de modo a promover a autonomia, o fortalecimento da autoestima e a formação crítica (BRASIL, 1997).

Tendo em vista o desafio em não colocar as próprias opiniões, valores e crenças no processo educativo, o professor também necessita de um autoconhecimento, verificar os seus recursos

internos e emocionais diante da temática, além disso, o preparo teórico, as leituras e discussões entre pares e outros profissionais mostra-se de grande valia (BRASIL, 1997).

A partir, então, da construção de ambiência escolar favorável à percepção discente daquilo que não respeita diversidade, sendo intolerante, excludente e/ou, portanto, silenciador na sociedade, torna-se possível reparar papéis reprimidos no próprio espaço pedagógico – como o da presença masculina em ambientes da Educação Infantil.

Essa movimentação, envolvendo, diretamente, a própria comunidade escolar em seu nicho habitual, oportuniza aos profissionais da educação que viabilizem projetos pedagógicos para reflexão, reação e inclusão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível refletir sobre os desafios que se apresentam para a prática de professores homens na educação infantil, a fim da necessidade de abrir espaço para novas construções teóricas que resgatem o caráter plural e polissêmico e de leituras sobre sexualidade e gênero. Assim como perceber que a reinvenção dos processos formativos do docente se dá a partir da consideração da complexidade em sua *práxis* e das implicações das construções teóricas sobre gênero e sexualidade na educação infantil brasileira.

O processo de falar sobre sexualidade e gênero nas escolas, desde a educação infantil, precisa estar alinhado à consciência do próprio docente, a introjeção da relevância do tema, essa premissa é decisiva, pois o trabalho é construído a partir da subjetividade, além dos conhecimentos teóricos e metodológicos e do desafio em lidar com as resistências e pressões internas e externas.

A articulação entre a sexualidade e o gênero no contexto educacional infantil constitui-se o alvo epistemológico da pesquisa, tanto na ótica dos desafios de abordar as temáticas no contexto educacional brasileiro quanto dos atravessamentos da divisão sexual do trabalho, que interfere negativamente na *práxis* profissional dos professores homens na educação infantil. Por fim, considerando o papel de problematizar e manejar a temática, é essencial que o docente parta de uma leitura interseccional, condizente com as realidades múltiplas que são atravessadas pelas questões de raça, classe e de gênero.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. Pesquisa em Ciências Sociais. In: HIRANO, Sedi (Org.). *Pesquisa social: projeto e planejamento*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- ALTMANN, H. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. *Estud. fem.* São Paulo, 2001.
- ALVAREZ, M. J.; PINTO, A. Educação sexual: atitudes, conhecimentos, conforto e disponibilidade para ensinar de professores portugueses. *Aletheia*, Canoas, 2012.
- BEARZOTTI, P. Sexualidade: um conceito psicanalítico freudiano. *Arq. Neuro-Psiquiatr.* 1994.
- BRASIL, Fundamental Secretaria de Educação. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.
- COLLING, L. *Gênero e sexualidade na atualidade*. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, Salvador, 2018.
- EGYPTO, A. C. *Orientação Sexual na Escola: um projeto apaixonante: o projeto de orientação na escola*. (Org.) Clara Regina Rappaport. São Paulo. EPU, 1981.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da Fala do Outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. Bahia: UFBA, 2004. p. 139-152. In: *Paidéia*, 2004, p. 139-152.
- GARBARINO, M. I. O tabu da educação sexual: gênese e perpetuação dos preconceitos na infância. *Cadernos Pagu*. Rio de Janeiro, 2021.
- GIDDENS, A. *Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.
- GOMES, R.; MURTA, D.; FACCHINI, R.; MENEGHEL, S. N. Gênero, Direitos Sexuais e suas Implicações na Saúde. *Cien Saúde Cole*. [Internet], 2018. Disponível em: <<https://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/genero=-direitos-sexuais-e-suas-implicacoes-na-saude16631/?id=16631&id=16631>>
- GONÇALVES, R.; FALEIRO, J.; MALAFAIA, G. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. *Holos*. 2013.
- JUNQUEIRA, R. D. “Temos um problema em minha escola: um garoto afeminado demais.” Vigilância de gênero, heteronormatividade e heterossexismo no cotidiano escolar: notas sobre a pedagogia do armário. In: MAIO, E. R.; CORREA, C. M. A. (Orgs.). *Gênero direitos e diversidade sexual: trajetórias escolares*. Maringá: UEM, 2013. p.191-207.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. *Vocabulário de psicanálise*. 4.ed. Santos: Martins Fontes, 2001.
- MARTINES, E. A. L de M.; ROSSAROLLA, J. N. Sexo e Sexualidade: tabu, polêmica ou conceitos polissêmicos? Reflexões sobre/para a formação de educadores. *Rev. Exitus*. Santarém, 2018.
- MARTÍNEZ, L. F. P. A pesquisa qualitativa crítica. In: *Questões sociocientíficas na prática docente: Ideologia, autonomia e formação de professores* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 138 - 152.
- MELO, T.; SOBREIRA, M. Identidade de gênero e orientação sexual: perspectivas literárias. *Temas em Saúde*. João Pessoa, 2018.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Vozes, 1994.

MOIZÉS, J. S.; BUENO, S. M. V. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, 2010.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, São Paulo, 1995.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>

SILVA, R. M., BACELLAR, de. S. D., FERREIRA, V. G., SONIA, B. A. O homem pedagogo e o mercado de trabalho: Oportunidades e desafios. *Perspectivas em diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, 2020, p. 148–164). Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/9323#:~:text=Esta%20pesquisa%20apresenta%20os%20diferentes,frente%20ao%20mercado%20de%20trabalho> >

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p. Disponível em: <[www.posarq.ufsc.br/download/metPesq.pdf](http://www.posarq.ufsc.br/download/metPesq.pdf) >

SOARES, Z. P.; MONTEIRO, S.S. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. *Educ. Rev.*, Curitiba, 2019.

SOUSA, L. P. D., GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*. São Paulo, 2016.

RIBEIRO, P. R. M. Sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. *Sexualidade e infância*, p. 17-34, 2005.